

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ

PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 2020.04.02.03

UNIDADE ADMINISTRATIVA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETO: Locação de um imóvel, com subsídio de Aluguel Social, destinado às famílias acompanhadas pela Secretaria de Assistência Social.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01.08.122.0100.2.045

ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.36.00

DATA DE EMISSÃO: 02 de abril de 2020.

ORDENADOR DE DESPESA: Auricélia Bezerra Braga da Silva

MARÇO/2020



Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida

1. OBJETO DA AVALIAÇÃO:

Refere-se à avaliação de um imóvel para fins de locação, situado na cidade de Icapuí- CE, terreno próprio, construído em alvenaria, com cobertura em telha cerâmica, situado na Rua Corredor do Hemolau, S/N, Bairro Barrinha, CEP:62.810-000 com uma área total construída de 91,00 m² (Noventa e Um Metros Quadrados), sendo 7,00 m (Sete Metros) de largura e 13,00 m (Treze Metros) de comprimento.

2. LOCALIZAÇÃO:

O imóvel está localizado na Rua Corredor do Hemolau, S/N, Mutamba, CEP: 62.810-000, Icapuí-CE.

3. PROPRIETÁRIO:

Sr. José Vanderley da Costa, portador do CPF 533.720.853-53. Residente e domiciliado na Rua Praia da Barrinha, S/N, Bairro Barrinha, CEP: 62.810-000, Icapuí -CE.

4. INTERESSADO:

Secretaria Municipal de Assistência Social. O imóvel será locado como subsídio do Aluguel Social para uma família acompanhada pela equipe técnica do CRAS .

5. AVALIADORES:

- Lorena Thais Freitas de Oliveira;
- Úrsula Cristina Batista Maia Silva;
- Geovani Alves da Costa.

6. OBJETIVO DO TRABALHO:

Estimativa de mercado para fins de locação.

7. NÍVEL DE RIGOR:

Normal, de acordo com a NBR-14.653-2.

8. SISTEMÁTICA DE TRABALHO:

Durante o trabalho, adotaram-se os seguintes procedimentos:

- a) Em vistoria a região nota-se uma tendência de uso misto (residencial e comercial), rua com água, iluminação pública, linha telefônica (fixa e móvel) e sem pavimentação. O imóvel encontra-se em bom estado de conservação de uso com revestimento em todas as paredes internas. As instalações elétricas e hidráulicas também se encontram em bom estado.


Lorena Thais Freitas de Oliveira
Engenheira Civil
CREA 081741988-0
CPF 082.929.104-09



Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida

- b) O imóvel possui 1 (uma) sala, 2 (dois) quartos, 1 (um) banheiro, 1 (uma) cozinha, 1 (uma) área de serviço 1 (uma) área e 1 (um) quintal amplo.
- c) Na pesquisa de mercado foram encontrados diversos preços.
Para prédios: método comparativo de dados de mercado, utilizando-se de pesquisa de preços de imóveis localizados em áreas próximas ao imóvel em questão ou quando da obtenção de dados suficientes, utilizando de metodologia científica (estatística inferencial).

9. REGIÃO:

Trata-se de zona urbana do município de Icapuí-CE, com infraestrutura de energia elétrica e telefone, rua sem pavimento e com abastecimento de água.

10. CONCLUSÃO:

Valor observado na presente avaliação para imóvel avaliando no Bairro Barrinha, Rua Corredor do Hemolau, S/N, Icapuí-CE, consoante as normas brasileiras de avaliação vigentes, em 02 de março de 2020, considerando o valor de locação, em números redondos é de R\$ 300,00 (Trezentos Reais). Não tendo mais a acrescentar, encerramos nosso trabalho de avaliação para apreciação de Vossa Senhoria, prontificando-nos a prestar quaisquer esclarecimentos ou dúvidas adicional que possam surgir. O Laudo Técnico apresentado está confeccionado em uma só face com 02 (duas) folhas, rubricadas e esta última, datada e assinada pelos avaliadores.

Icapuí-CE, 02 de março de 2020

Lorena Thaís Freitas de Oliveira

LORENA THAÍS FREITAS DE OLIVEIRA

Engenheira Civil

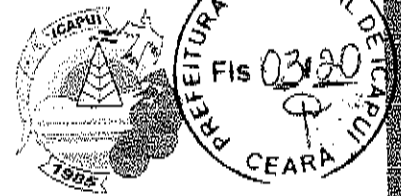
CREA/CE – RNP 0617419680

Ursula Cristina Batista Maia Silva

URSULA CRISTINA BATISTA MAIA SILVA
Coordenadora de Obras e Serviços Públicos

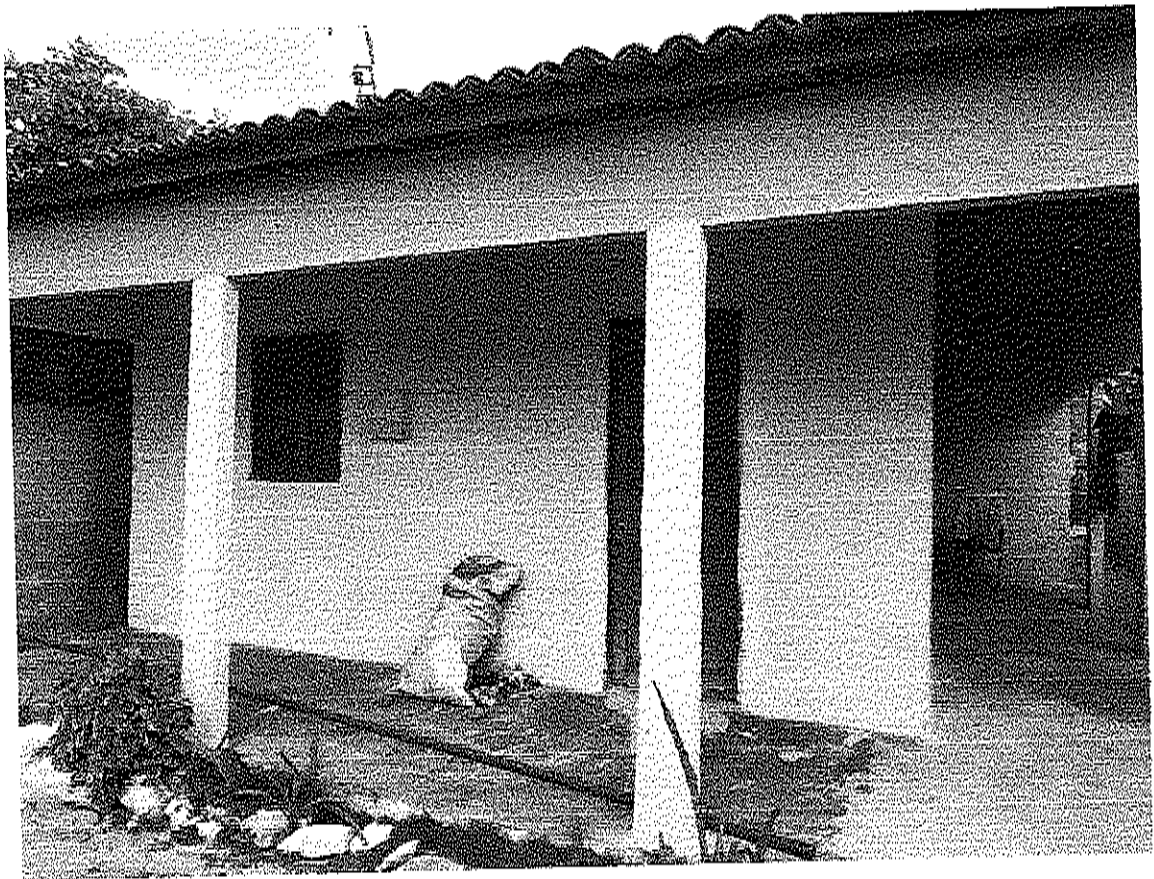
Geovani Alves da Costa

GEOVANI ALVES DA COSTA
Fiscal de Tributos



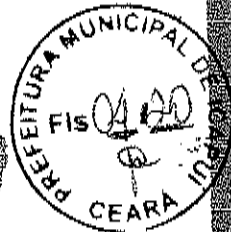
Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida

ANEXO



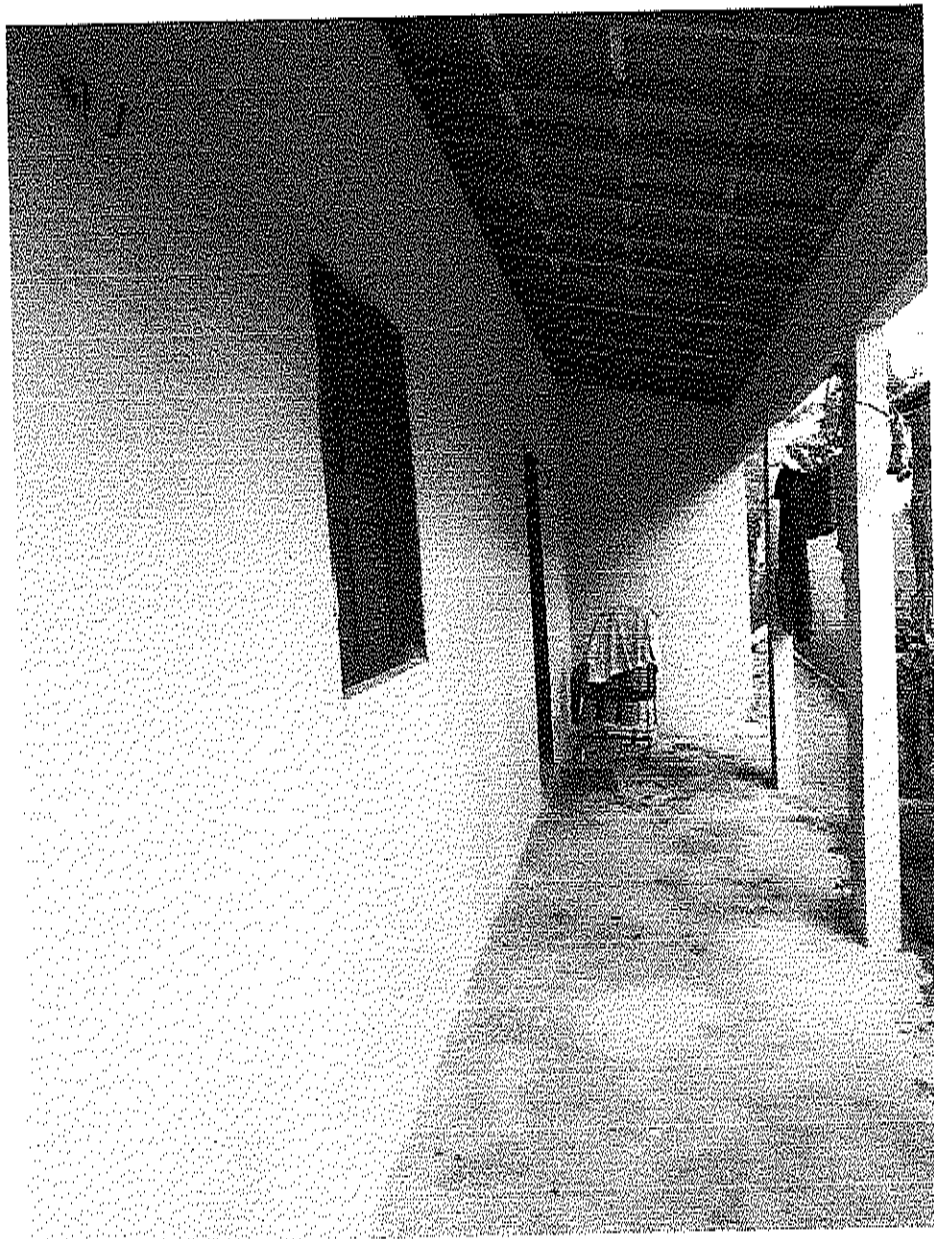

Lorena Thais Freitas de Oliveira
Engenheira Civil
CREA 061741968-0
CPF 082.929.104-09






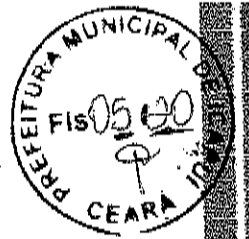
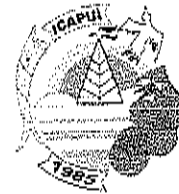
Prefeitura de
Icapuí

Quem ama cuida

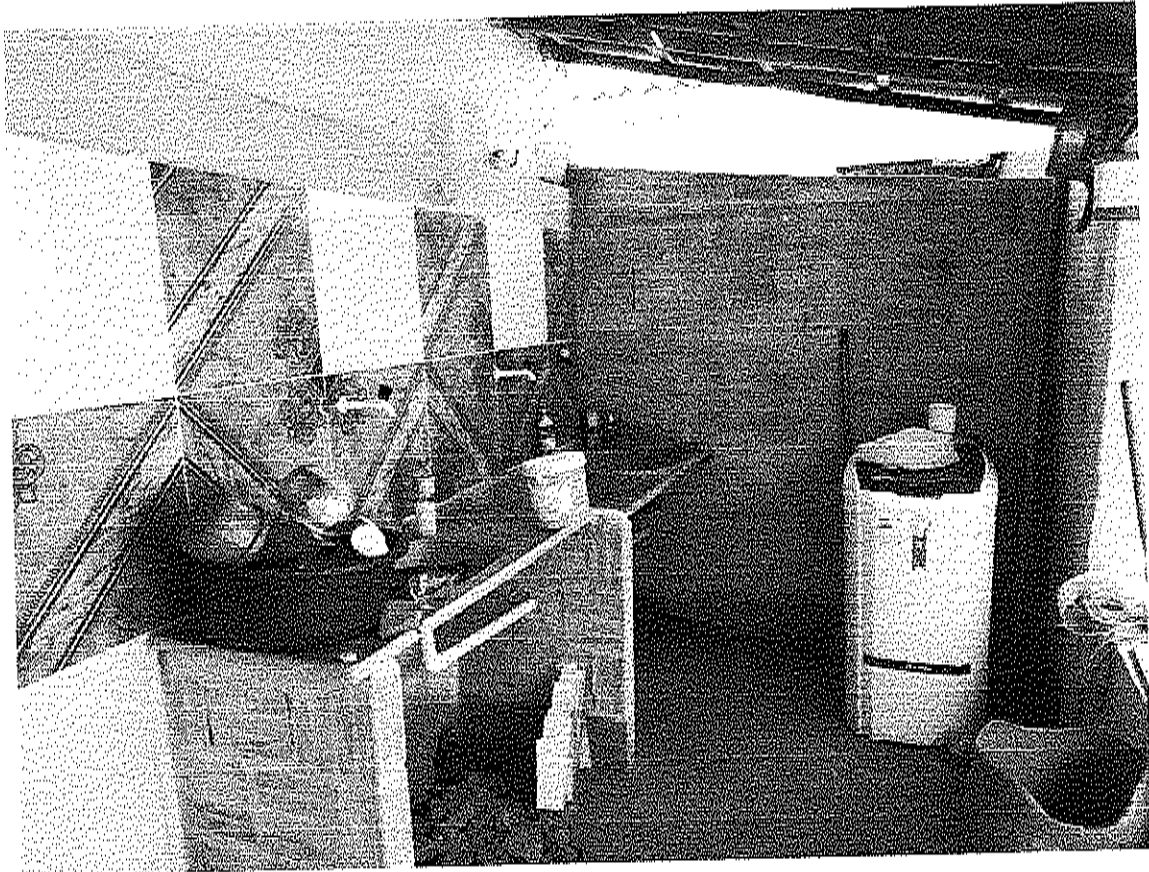



Lorena Thais Freitas de Oliveira
Engenheira Civil
CREA 061741968-0
CPF 082.929.104-09

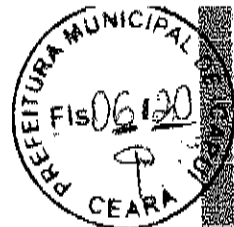




Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida



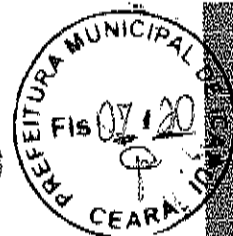
Lorena Thais Freitas de Oliveira
Engenheira Civil
CREA 061741968-0
CPF 082.928.104-09



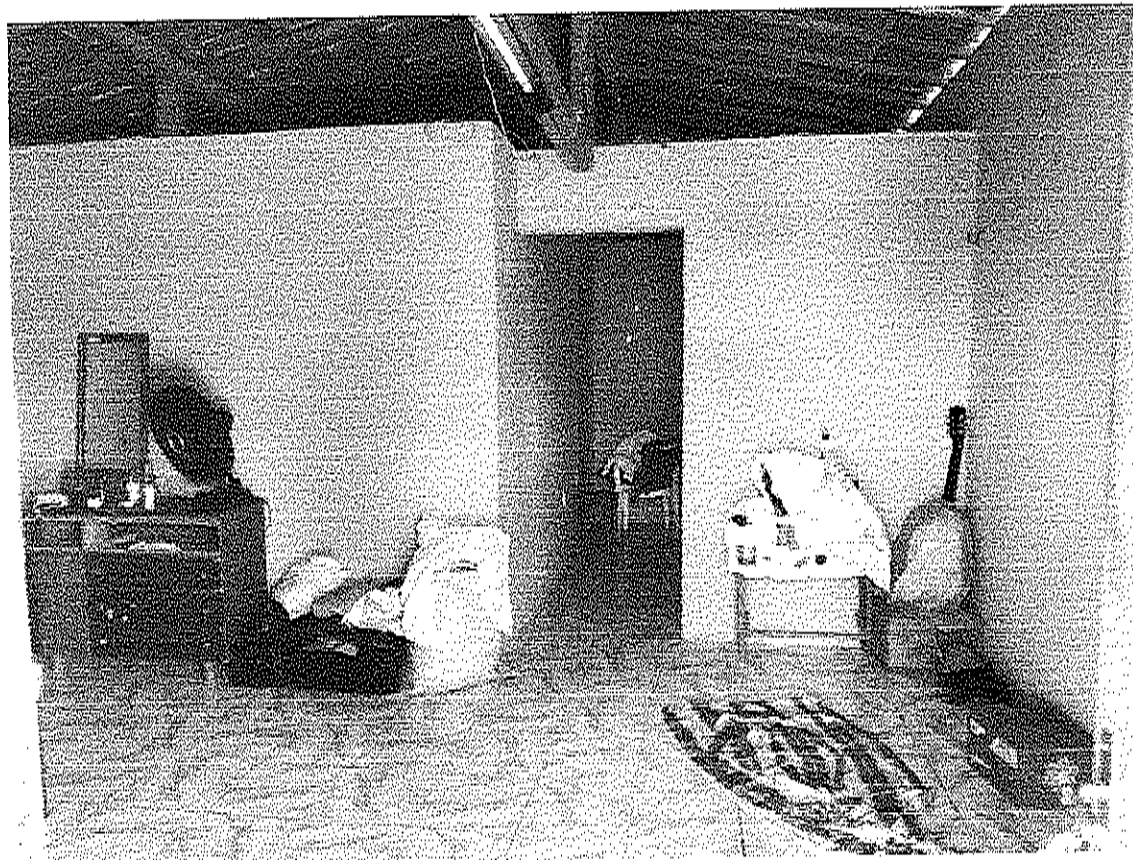
Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida



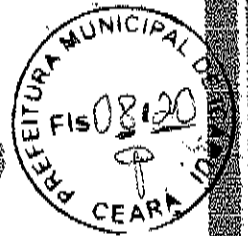
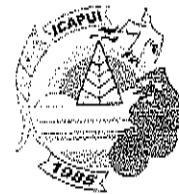
Lorena Thais Freitas de Oliveira
Engenheira Civil
CREA 061741968-0
CPF 082.929.104-09



Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida



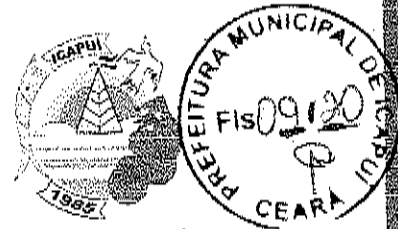
Lorena Thais Freitas de Oliveira
Engenheira Civil
CREA 081741988-0
CPF 082.929.104-09



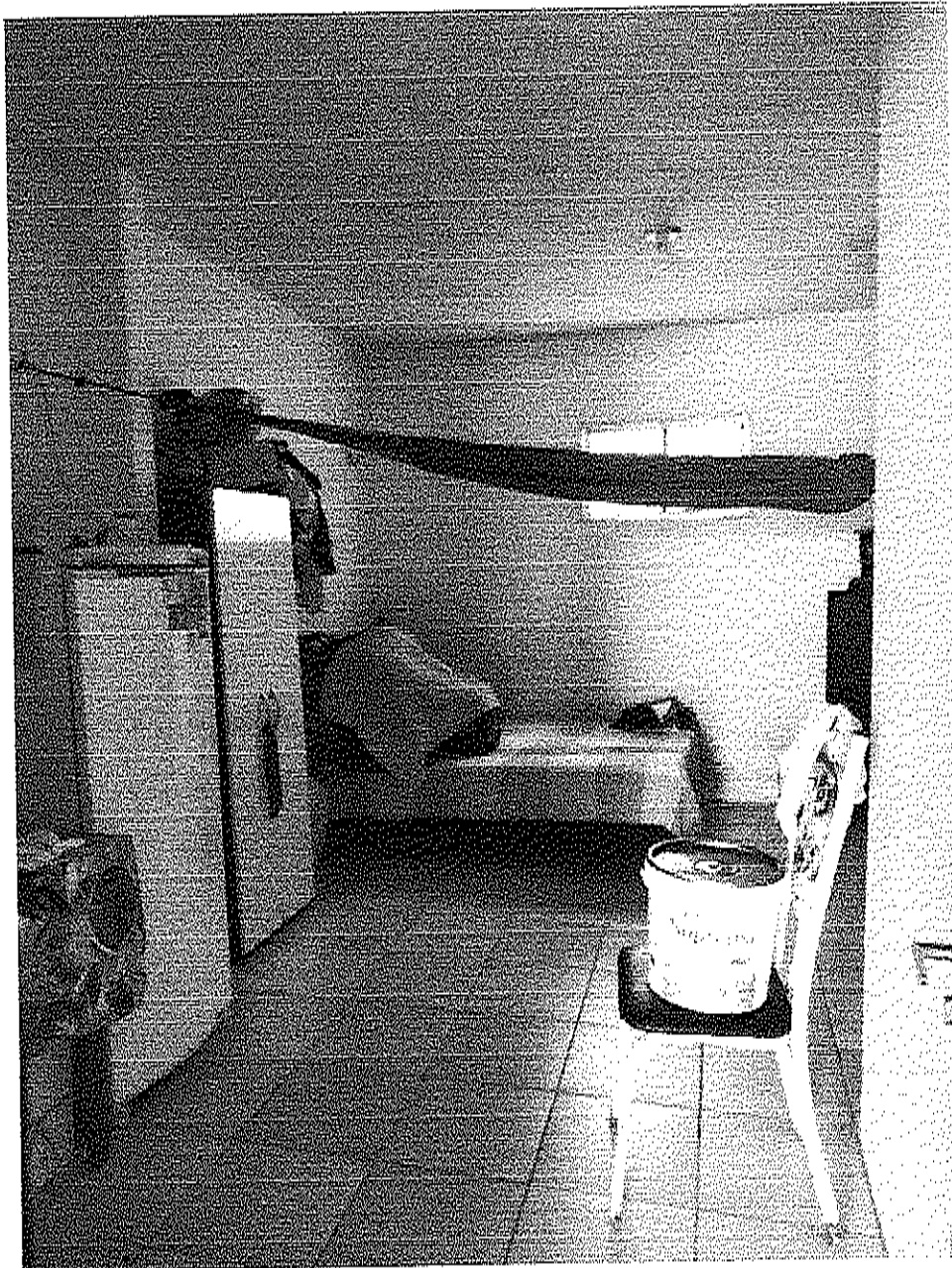
Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida



Lorena Thais Freitas de Oliveira
Engenheira Civil
CREA 061741368-0
CPF 082.929.104-09



Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida



Lorena Thais Freitas de Oliveira
Engenheira Civil
CREA 061741988-0
CPF 082.929.104-09



Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida



Lorena Thais Freitas de Oliveira
Engenheira Civil
CREA 061741968-0
CPF 082.929.104-08



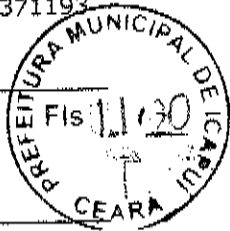
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20200622044

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

COMPLEMENTAR à
CE20180371193



1. Responsável Técnico

LORENA THAIS FREITAS DE OLIVEIRA
Título profissional: ENGENHEIRA CIVIL

RNP: 0617419680
Registro: 334545CE

2. Dados do Contrato

Contratante: MUNICÍPIO DE ICAPUÍ
PRAÇA ADAUTO RÓSEO
Complemento:
Cidade: ICAPUÍ

Bairro: CENTRO
UF: CE

CPF/CNPJ: 10.393.593/0001-57
Nº: 1229
CEP: 62810000

Contrato: Não especificado
Valor: R\$ 300,00
Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

Celebrado em:
Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

3. Dados da Obra/Serviço

RUA CORREDOR DO HEMOLAU
Complemento:
Cidade: ICAPUÍ
Data de Início: 02/03/2020
Finalidade:
Proprietário: JOSÉ VANDERLEY DA COSTA

Previsão de término: 02/03/2021

Bairro: BARRINHA
UF: CE
Coordenadas Geográficas: -4.715855, -37.354745
Código: Não especificado

Nº: S/N
CEP: 62810000
CPF/CNPJ: 533.720.853-53

4. Atividade Técnica

15 - Elaboração

66 - Laudo > PLANEJAMENTO URBANO, METROPOLITANO E REGIONAL > AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO > DE AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO > #10.8.1.1 - EM ÁREA URBANA

Quantidade
91,00

Unidade
m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

LAUDO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM ÁREA TÉRREA CONSTRUÍDA DE 91,00 M² DE INTERESSE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ-CE

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

de _____ de _____
Local data

Lorena Thais Freitas de Oliveira
LORENA THAIS FREITAS DE OLIVEIRA - CPF: 082.929.104-09

MUNICÍPIO DE ICAPUÍ - CNPJ: 10.393.593/0001-57

9. Informações

- * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- * Somente é considerada válida a ART quando estiver cadastrada no CREA, quitada, possuir as assinaturas originais do profissional e contratante.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 88,78 Registrada em: 24/03/2020 Valor pago: R\$ 88,78 Nosso Número: 8213917148

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: acAda
Impresso em: 27/03/2020 às 11:36:35 por: . ip: 170.81.83.12



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO WILTON SARACENA DE SOUSA

Polgari Direto

JOSE VANDERLEY DA COSTA

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Ministério da Fazenda
 Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
533.720.853-53

Nome
JOSE VANDERLEY DA COSTA

Nascimento
24/01/1976

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO: 2007446295-9

DATA DE EXPIRAÇÃO: 28/01/2010

NOME: JOSE VANDERLEY DA COSTA

FILIAÇÃO: JOSE HARMANDO PEREIRA DA COSTA

MARIA DAS GRACAS DA COSTA

NATURALIDADE: ICAPUI - CE

DATA DE NASCIMENTO: 24/01/1976

DOC. ORIGEM: CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: IBICUITABA TERMO: 2754 FOLHA: 439

LIVRO: A-03 ARACATI - CE

CPF: 533.720.853-53

RG: ANI: 209463692

P.: 21

SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - S.A.A.E.

FLORIANO MONTEIRO, 1460 - CENTRO

ICAPUI - CE - CEP: 62.810-000

C.N.P.J.: 23.555.097/0001-02 - Fone: (88) 3432-1206

CONTA D'AGUA

FOLHA: 1/1



INSCRIÇÃO 0001269.1 CLS *** TAR *** REC 0 ECONOMICAS COM 0 END 0 FUR 0 OUT 0 NF/CONTA 000005194 EMISSÃO 05/03/20 MÊS PAT. AVULSA

JOSE VANDERLEY DA COSTA
 COMUNIDADE BARRINHA, S/N
 BARRINHA
 ICAPUI
 ENDEREÇO DE ENTREGA

CPF: 533.720.853-53
 LOCALIZAÇÃO
 00.00.04.0000000265
 LOCALIZAÇÃO

CEP: 62.810-000

CEARA

MÊS PAT	CONS.	CCO	DC	CCO	DESCRICAÇÃO	FREST.	VALOR
				001	TARIFA DE AGUA		22,00
OUT/19	00	000	030	0			
SET/19	00	000	029	0			
AGO/19	00	000	028	0			
JUL/19	01	000	035	1			
JUN/18	00	000	028	0			
MAI/18	00	000	033	0			
MÉDIA: ***							

MICROMETRO INSTALAÇÃO LETY ANT. DT LEITURA LET. ATUAL DT LEITURA CONSUMO DIAS/CONSUMO CCO. LETURISTA
 A13G264929 05/12/13 *** **/**/** *** **/**/** *** **/**/** *** 000 000

Portaria 2.814 de 12/12/2011 - Valores máximos permitidos

Parâmetro	Período	Unidade	Limite
pH	6 a 9	adimensional	6 a 9
Turbidez	até 5	NTU	5
Cloro Livre	até 2,0	mg/L	2,0
Cloro Total	até 4,0	mg/L	4,0

MULTA ** ENCARGOS DIÁRIOS ** MÊSES EM DÉBITO ***,**

VENCIMENTO 11/03/2020

VALOR R\$ 22,00

CONSUMIDOR

SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - S.A.A.E.

NOME: JOSE VANDERLEY DA COSTA
 END: COMUNIDADE BARRINHA, S/N - BARRINHA

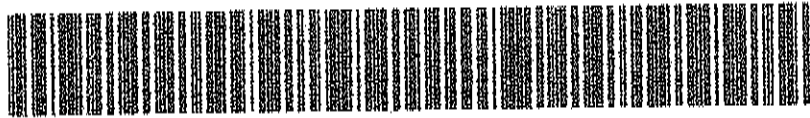
LOCALIZAÇÃO:
 00.00.04.0000000265

INSCRIÇÃO 0001269.1 MÊS PAT. AVULSA NF/CONTA 000005194 VENCIMENTO 11/03/2020 VALOR 22,00

8261000000.7 22000252000.9 12691300000.9 00519400002.1

NÃO RASURE

AUTENTICAÇÃO NO VEBEC



BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JOSE VANDERLEY DA COSTA
CPF: 533.720.853-53

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:38:14 do dia 09/03/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/09/2020.

Código de controle da certidão: **076A.07A9.4343.9D3F**

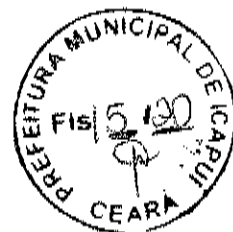
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)

Preparar



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Procuradoria Geral do Estado



Certidão Negativa de Débitos Estaduais
Nº 202005480651

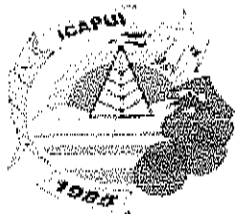
Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
Inscrição Estadual: *****
CNPJ / CPF: 533720853-53
RAZÃO SOCIAL: *****

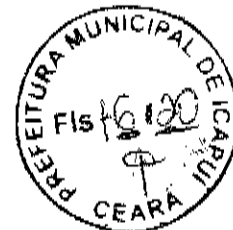
Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 27/03/20 ÀS 10:13:25
VÁLIDA ATÉ 26/05/2020

A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço www.sfaz.ce.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI
SECRETARIA DE FINANÇAS
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS



Nº 0000000082

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

1079731512 - JOSE VANDERLEY DA COSTA

Endereço

CORREDOR DE HERMOLAU, S/N
BARRINHA ICAPUI-CE CEP: 62810000

No. Requerimento

0000000082/2020

Documento

C.P.F.: 533.720.853-53

Natureza jurídica

Pessoa Física

CERTIDÃO

Resalvo o direito da Receita Municipal inscrever e cobrar as dívidas apuradas, certifica-se para fins de direito, que analisados os registros da Dívida Ativa do Município, verificou-se a **NÃO EXISTÊNCIA DE INSCRIÇÕES** com débitos, e para constar, foi emitida esta Certidão Negativa.

Validade: 60 Dias

Prefeitura Municipal de Icapuí.

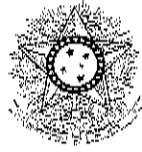
ICAPUI-CE, 09 DE MARÇO DE 2020

Esta certidão é válida por 060 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 07/05/2020

COD. VALIDAÇÃO 0000000082





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JOSE VANDERLEY DA COSTA

CPF: 533.720.853-53

Certidão nº: 7317265/2020

Expedição: 27/03/2020, às 10:15:54

Validade: 22/09/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JOSE VANDERLEY DA COSTA**, inscrito(a) no CPF sob o nº **533.720.853-53**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

REQUISIÇÃO

Da: Secretaria de Assistência Social

A: Comissão Permanente de Licitações

Objeto: Locação de um imóvel, com subsídio de Aluguel Social, destinado às famílias acompanhadas pela Secretaria de Assistência Social.

Pelo presente comunico a necessidade da Secretaria de Assistência Social a **Locação de um imóvel, com subsídio de Aluguel Social, destinado às famílias acompanhadas pela Secretaria de Assistência Social.** Tendo em vista que nossa Secretaria não dispõe de espaço físico e condições financeira para a construção do imóvel, vimos através deste solicitar a abertura de processo licitatório para a locação de um imóvel. Tal solicitação justifica-se no melhor atendimento à população desportiva do Município de Icapuí – CE.

Um imóvel de propriedade do Sr. José Vanderley da Costa, com área de 91,00m², sito à Rua Corredor de Hermolau, s/n, Mutamba, Icapuí/CE.

De acordo com o artigo 24, *inciso X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94), assim sendo solicitamos que seja procedido o processo de Dispensa de Licitação, conforme preceitua o artigo supracitado.*

JUSTIFICATIVA - Considerando vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e que oferece certo nível de conforto e segurança, leva-nos a escolher este local como o mais apropriado para a realização dos Projetos Sociais e Atividades Esportivas da Secretaria de Assistência Social.

Informamos o valor do imóvel e locador:

Um imóvel de propriedade do Sr. José Vanderley da Costa, portador do CPF nº 533.720.853-53 e do RG nº 2007446295-9-SSPDS/CE, com área de 91,00m², sito à Rua Corredor de Hermolau, s/n, Mutamba, Icapuí/CE, valor mensal R\$ 300,00 (trezentos reais).

Icapuí-CE, 31 de março de 2020.


Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social

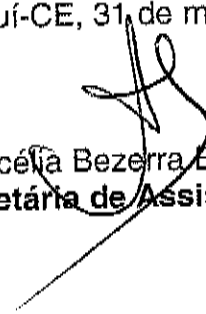
REQUISIÇÃO

A Secretária de Assistência Social, Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, da Secretária de Assistência Social do Município de Icapuí, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais,

REQUISITA, desta Assessoria Jurídica parecer acerca da Locação de um imóvel, com subsídio de Aluguel Social, destinado às famílias acompanhadas pela Secretária de Assistência Social.

De acordo com o Laudo de Avaliação o preço para locação do imóvel será de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, por um período de 06 (seis) meses, perfazendo um total de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

Icapuí-CE, 31 de março de 2020.



Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social

PARECER

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Por força do disposto no art. 38, VI da lei n.º 8.666/93, foi remetido a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer, o procedimento licitatório, modalidade dispensa de licitação, instruído com os seguintes documentos:

1. Requisição da Contratação, com a justificativa de escolha do imóvel;
2. Laudo de Avaliação quanto ao preço a ser pago;
3. Justificativa de Dispensa de Licitação, contendo: Caracterização da Situação e Objeto do Contrato; Razão de Escolha; Preço e sua Justificativa; Justificativa da Contratação; Fundamento Legal; e, Dotação Orçamentária.

É a síntese do necessário. Passa-se a opinar.

Em princípio, verifica-se que os textos e documentos em análise guardam conformidade com as principais exigências legais preconizadas pela Lei Nº. 8.666/93.

Noutro giro, verifica-se que o presente procedimento encontra esteio no 24, X da 8.666/1993, o qual dispõe que é dispensável a licitação "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia". Ainda, deve-se observar o estabelecido no art. 26 da lei 8.666/1993.

Diante do exposto, do ponto de vista estritamente jurídico, opinamos que se proceda a RATIFICAÇÃO pela Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, Ordenadora de Despesas da Secretária de Turismo e Esportes, e dada a devida PUBLICAÇÃO posterior do extrato devido, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

É o parecer.

S. M. J.

Icapuí-CE, 01 de abril de 2020.

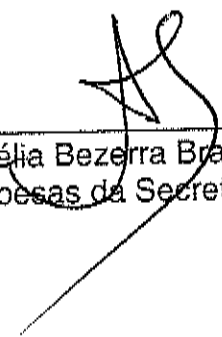


Fábio Henrique da Silva Bezerra
OAB-CE 32.254
Assessoria Jurídica

Da: Ordenadora de Despesas da Secretaria de Assistência Social
Para: Departamento de Contabilidade
Assunto: Solicitação de verificação de dotação orçamentária

Solicito verificação de dotação orçamentária suficiente no orçamento vigente, para atender ao **PEDIDO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, COM SUBSIDIO DE ALUGUEL SOCIAL, DESTINADO ÀS FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, visando atender à necessidade da população desportivas do município de Icapuí-CE.

Icapuí-CE, 01 de abril de 2020.



Auricélia Bezerra Braga da Silva
Ordenadora de Despesas da Secretaria de Assistência Social

Do: Departamento de Contabilidade

Para: Ilma. Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, Ordenadora de Despesas da Secretaria de Assistência Social.

Assunto: Apresento dotação orçamentária para **Locação de um imóvel, com subsídio de Aluguel Social**, destinado às famílias acompanhadas pela Secretaria de Assistência Social.

07 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE

08.122.0100.2.045– PROMOÇÃO E APOIO A MANIFESTAÇÕES ESPORTIVAS.

3.3.90.36.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

Icapuí-CE, 01 de abril de 2020.



Janice da Silva Pereira
Coordenadora de Contabilidade



A Secretária de Assistência Social do Município de Icapuí - CE, no uso de suas atribuições legais, e na conformidade do Art. 38 da Lei n.º 8.666/93 de 21.06.93, alterada pela Lei n.º 8.883/94 de 08.06.94 e atualizada pela Lei n.º 9.648/98 de 27/05/98.

AUTORIZA:

A abertura do Processo Administrativo para DISPENSA DE LICITAÇÃO, conforme Art. 24, Inciso X da Lei 8.666/93 de 21.06.1993, para o OBJETO a seguir especificado conforme os dados adiante com o objetivo de instruir processo.

01. OBJETO: Locação de um imóvel, com subsidio de Aluguel Social, destinado às famílias acompanhadas pela Secretaria de Assistência Social.

02. UNIDADE: Secretaria de Assistência Social.

03. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01.08.122.0100.2.045.3.3.90.36.00

04. FONTE DE RECURSOS: Próprio

JUSTIFICATIVA: O procedimento faz-se necessário ainda, em virtude de o município não dispor de imóvel próprio para tal finalidade e ainda em virtude das características, localização, dimensões e destinação do imóvel, impossibilitando desta forma que o interesse público seja satisfeito através de outros imóveis que não os escolhidos.

Icapuí-CE, 02 de abril de 2020.



Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA N. º 2020.04.02.03

OBJETO: Locação de um imóvel, com subsidio de Aluguel Social, destinado às famílias acompanhadas pela Secretaria de Assistência Social.

AUTUAÇÃO

Aos 02 (dois) dias do mês de abril de 2020, na sala da Comissão Permanente de Licitações, cumprindo o disposto na legislação pertinente. Autuo o despacho decisório de instauração de Processo Administrativo de Dispensa de Licitação e demais documentos que seguem, consideradas peças pré-existentes e essenciais ao procedimento administrativo, que se inicia. E, para constar, lavrei este termo. Eu, Edinaldo de Oliveira Pereira, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.



Edinaldo de Oliveira Pereira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

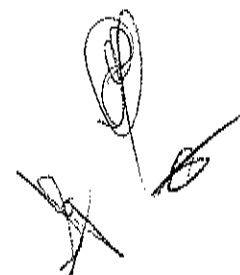
ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL,
COM SUBSIDIO DE ALUGUEL SOCIAL, DESTINADO ÀS FAMÍLIAS
ACOMPANHADAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Processo de Dispensa de Licitação N. º 2020.04.02.03

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Icapuí, por determinação da Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, Ordenadora de Despesas da Secretaria de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, vem abrir o presente processo de DISPENSA de Licitação, fundamentado no Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 9.648/98, para a Locação de um imóvel destinado a Projetos Sociais e Atividades Esportivas da Secretaria de Assistência Social, pertencente ao Sr. José Vanderley da Costa, localizado na Rua Corredor de Hermolau, s/n, Mutamba, Icapuí/CE.



JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação e objeto do contrato: O Município de Icapuí necessita local o seguinte imóvel:

Um imóvel de propriedade do Sr. José Vanderley da Costa com área de 91,00m², sito à Rua Corredor de Hermolau, s/n, Mutamba, Icapuí/CE.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel de propriedade do Sr. José Vanderley da Costa em razão de serem considerados vários fatores favoráveis como: Locação de um imóvel, com subsídio de Aluguel Social, destinado às famílias acompanhadas pela Secretaria de Assistência Social, conforme justificativas da Responsável, Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, Secretaria de Assistência Social, conforme Requisição de 31/03/2020, em anexo ao processo e apresentar valores compatíveis com os praticados no mercado, conforme laudo em anexo ao processo.

Do preço e sua justificativa: Os preços a serem pagos pelo objeto da presente dispensa são da ordem de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, conforme Requisição da Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, estabelecido pelo Laudo de Avaliação de Imóveis, conforme abaixo discriminado:

- Um imóvel de propriedade do Sr. José Vanderley da Costa, portador do CPF nº 533.720.853-53e RG nº 2007446295-9-SSPDS/CE, com área de 91,00m², sito à Rua Corredor de Hermolau, s/n, Mutamba, Icapuí/CE, valor mensal R\$ 300,00 (trezentos reais), valor total de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), para o período de 06 (seis) meses.

Sendo que após consulta, constatou-se que referido valor está dentro dos parâmetros praticados pelo mercado, conforme laudo de avaliação emitido pela comissão de avaliadores da Prefeitura Municipal de Icapuí, anexos ao processo. Comissão de avaliadores: Lorena Thaís Freitas de Oliveira – Engenheira Civil; Úrsula Cristina Batista Maia Silva – Coordenadora de Obras e Serviços Públicos e Geovani Alves da Costa – Coordenadora de Tributos.

Justificativa: Considerando vários fatores favoráveis como: um local amplo, centralizado, de fácil acesso, arejado e que oferece certo nível de conforto e segurança, possuindo dimensão necessária exata para a população desportista do município de Icapuí, sem necessidades de novos investimentos. Por outro lado, o preço é compatível com o preço de mercado conforme se faz prova a avaliação que faz parte integrante deste Processo, o que levou a escolher este local como o mais apropriado para Projetos Sociais e Atividades Esportivas da Secretaria de Assistência Social, conforme justificativas da Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva.

Do fundamento Legal: Ao caso em comento, aplica-se a hipótese preconizada no art. 24, Inciso X, c/c art. 26 da Lei Federal nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

É dispensável a licitação:

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e

localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

Quanto à necessidade do enquadramento legal, vinculando-se o fundamento legal do Art. 24, inciso X, do "Códex Licitatório", vejamos o que disciplina o Dr. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes em seu festejado livro Contratação Direta Sem Licitação:

Para que a situação possa implicar na dispensa de licitação deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal preenchendo todos os requisitos. Não é permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação disponível previstas expressamente na Lei, *numerus clausus*, no jargão jurídico, querendo significar que são apenas aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação". (JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação direta sem licitação. Brasília: Brasília Jurídica, 1995.p.156).

Marçal Justem Filho leciona que:

A ausência de licitação deriva da impossibilidade de o interesse público ser satisfeito através de outro imóvel, que não aquele selecionado. As características do imóvel (tais como localização, dimensão, edificação, destinação etc.) são relevantes, de modo que a administração não tem outra escolha. Quando a Administração necessita de imóvel para destinação peculiar ou com localização determinada, não se torna possível a competição entre particulares". (JUSTEN FILHO, Marçal. (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 8ed. São Paulo: Dialética, 2000.p.252).

Dotação orçamentária: Para acorrer às despesas decorrentes da referida locação, serão utilizados recursos próprios previstos na dotação orçamentária abaixo especificada:

07 – Secretaria de Assistência Social


01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.122.0100.2.045 – Gerenciamento Administrativo da Secretaria de Assistência Social.

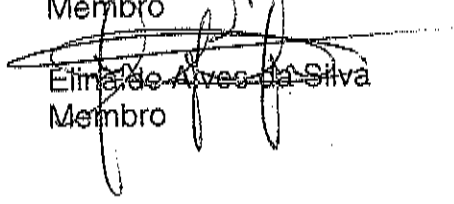
3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Icapuí-CE, 03 de abril de 2020.


Edinaldo de Oliveira Pereira
Presidente


Ana Queli de Castro Silva Costa
Membro


~~Edinaldo Avelar da Silva~~
Membro



A Comissão Permanente de Licitação do Município de Icapuí, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta do presente Processo Administrativo de Dispensa nº 2020.04.02.03, vem emitir a presente declaração de DISPENSA de licitação, com fulcro no inciso X do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, alterada e consolidada, bem como a Lei Federal nº. 8.245/91 (Lei do Inquilinato), para a locação direta do imóvel localizado à Rua Corredor de Hermolau, s/n, Mutamba, Icapuí/CE, de propriedade do Sr. José Vanderley da Costa, com valor mensal de R\$: 300,00 (trezentos reais), por um período de 06 (seis) meses, perfazendo um total de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), nos termos das cláusulas e condições do Contrato de Locação, a ser pactuado pelas partes.

Desta forma, nos termos do art. 24, X, c/c art. 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, vem comunicar a Ilma. Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, da presente declaração, para que se proceda à análise dos procedimentos adotados e a devida ratificação e publicidade da Dispensa de Licitação.

Icapuí-CE, 03 de abril de 2020.


Edinaldo de Oliveira Pereira
Presidente


Ana Queli de Castro Silva Costa
Membro



Elinaldo Alves da Silva
Membro

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ
TERMO DE RATIFICAÇÃO



A Secretária de Assistência Social do Município de Icapuí, a Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, VEM no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei 8.666/93 e suas alterações, e considerando o que consta do presente processo administrativo de dispensa de licitação, RATIFICAR a declaração de DISPENSA de licitação para a locação do imóvel de propriedade do Sr. José Vanderley da Costa, destinado a Projetos Sociais e Atividades Esportivas da Secretaria de Assistência Social, determinando que se proceda a publicação legal do extrato de DISPENSA devido.

Icapuí-CE, 03 de abril de 2020.


Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva, Secretária de Assistência Social, faz publicar o extrato do processo de dispensa de licitação a seguir: **PROCESSO Nº. 2020.04.02.03. OBJETO:** Locação de um imóvel para fins de Projetos Sociais e Atividades Esportivas da Secretária de Assistência Social. **FAVORECIDO:** José Vanderley da Costa. **VALOR:** R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, por um período de 06 (seis) meses, perfazendo um total de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) **FUNDAMENTO LEGAL:** inciso X do Art. 24 da Lei Nº. 8.666/93 e suas demais alterações. **DECLARAÇÃO DE DISPENSA** emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação. Ratificado pela Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva.

Icapuí-CE, 03 de abril de 2020.



Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social

CONTRATO DE LOCAÇÃO que fazem de um lado o Sr. José Vanderley da Costa, brasileiro, inscrito no RG de nº 2007446295-9 SSPDS/CE e CPF de nº 533.720.853-53, com endereço na Comunidade de Barrinha, s/n, Icapuí/CE, e do outro o Município de Icapuí, instituição de direito público interno, com endereço na Praça Adauto Róseo, 1229 - Centro - Icapuí Ceará, inscrito no CNPJ sob o Nº. 10.393.593/0001-57, através do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ sob o Nº 14.792.296/0001-35 através da Secretaria de Assistência Social, neste ato representada pela, Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva.

O primeiro nomeado aqui designado "**LOCADOR**", sendo proprietário do imóvel na Av. Beira Mar, Requenguela, s/n, Icapuí-CE, loca-se ao segundo, aqui designada "**LOCATÁRIA**", mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações, pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral Dos Contratos e disposições do Direito Privado, em especial a Lei Federal n.º 8.245/91 (Lei do Inquilinato).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel, localizado na Rua Corredor de Hermolau, s/n, Mutamba, Icapuí/CE, com subsidio de Aluguel Social, destinado às famílias acompanhadas pela Secretaria de Assistência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 - O aluguel terá um valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais).

3.2 - O presente instrumento não sofrerá reajuste dentro do prazo estipulado para sua vigência

3.3 - Somente será devido ao reajuste após 06 (seis) meses do início do presente contrato, sendo adotado para fins de correção o IGPM, ou outro que legalmente venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 - O presente contrato entrará em vigor a partir da sua data de sua assinatura, e terá validade de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado através de repasse mensal ao contratado, até o quinto dia útil do mês subsequente, mediante apresentação dos recibos à tesouraria.

CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 - As despesas deste contrato correrão por conta da Secretaria de Assistência Social, na dotação orçamentária sob o N°. 07.01.08.122.0100.2.045, elemento de despesa 3.3.90.36.00.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 - Obrigam-se ao LOCADOR e a LOCATÁRIA a cumprirem fielmente o determinado no Contrato, obrigando-se ainda:

7.1.1 – O LOCATÁRIO:

- a) Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- b) Obriga-se o locatário, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se por todas as outras, devendo trazer o imóvel locado em boas condições de higiene e limpeza, com os aparelhos sanitários e de iluminação, pintura, telhados, vidraças, mármore, torneiras, pias, banheiros, ralos e demais acessórios em perfeito estado de conservação e funcionamento, para assim, restituí-los quando findo ou rescindido este contrato, sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias ainda que necessárias, as quais ficarão desde logo incorporados ao imóvel;
- c) Não sublocar ou emprestar o imóvel, no todo ou em parte, sem o consentimento prévio do locador;
- d) Permitir, desde que não exercido o direito de preferência, que o locador aliene o imóvel locado a terceiros, com a consequente cessão de direitos decorrentes deste instrumento;
- e) Permitir ao LOCADOR que examine e vistorie o imóvel locado, sempre que este entender necessário, em horário comercial e mediante prévio aviso, a fim de certificar-se de sua correta utilização.

7.1.2 – O LOCADOR:

- a) Entregar o imóvel locado em estado de servir ao uso a que se destina;
- b) Garantir durante toda a vigência do contrato o uso pacífico do imóvel locado;
- c) Dar recibo discriminando as importâncias pagas pelo locatário;
- d) Assegurar ao LOCATÁRIO, na forma da lei, o exercício do direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas a terceiro, no caso de alienação do imóvel;
- e) Obrigar-se, no caso de venda do imóvel locado a terceiros, a denunciar ao comprador a existência deste instrumento, obrigando-o ao seu cumprimento em todas as condições e cláusulas;

7.2 - O presente contrato obrigará as partes por si, seus herdeiros ou sucessores.

CLÁUSULA OITAVA - DAS BENFEITORIAS

8.1 - O LOCATÁRIO poderá fazer no imóvel locado, as suas expensas, as modificações necessárias ao exercício das atividades que pretende realizar, desde que estas não afetem sua estrutura, as quais farão parte integrante do imóvel, excetuadas apenas as benfeitorias que sejam removíveis, que poderão ser retiradas por ocasião da entrega do imóvel locado.

PARÁGRAFO ÚNICO - O LOCATÁRIO não terá, no que atina às benfeitorias que

passem a integrar o imóvel, direito a qualquer indenização ou retenção, salvo em relação às benfeitorias necessárias, que serão indenizáveis.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

9.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com os Arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

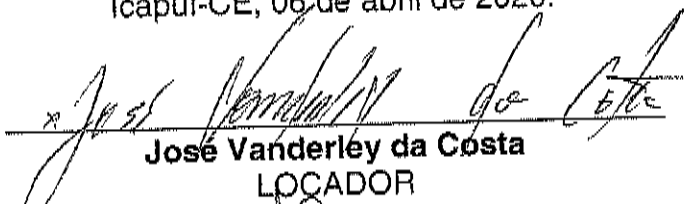
10.1 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o Município de Icapuí poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao LOCADOR as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

8.1 - O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato é o da Comarca de Icapuí - CEARÁ.

Assim ajustados e contratados, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que, após lido e achado conforme, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produzidos seus jurídicos e legais efeitos.

Icapuí-CE, 06 de abril de 2020.



José Vanderléy da Costa
LOCADOR



Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social
LOCATÁRIA

Testemunhas:

1ª Josneide Honório Braga

CPF: 006.978.863-44

2ª Kallytia Taka Almeida Reis

CPF: 009.834.144-83

**EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 263/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2020.04.02.03**

LOCATÁRIO: O Município de Icapuí, através da Secretaria de Assistência Social, representada pela sua, Sra. Auricélia Bezerra Braga da Silva.

LOCADOR: José Vanderley da Costa.

BASE LEGAL: A legislação aplicável a este Contrato será o art. 24, inciso X da Lei 8.666/93, e suas alterações, tudo de conformidade com o Processo Dispensa de Licitação nº. 2020.04.02.03, que passa fazer parte integrante deste e a Lei Federal nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato).

OBJETO: Locação de um imóvel Locação de um imóvel, com subsidio de Aluguel Social, destinado às famílias acompanhadas pela Secretaria de Assistência Social.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais)

PRAZO: O presente contrato entrará em vigor a partir da sua data de assinatura, e terá validade de 06 (seis) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01.08.122.0100.2.045

ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.36.00.

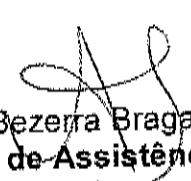
DATA: Icapuí-CE, 06 de abril de 2020.



CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO

Certificamos que o extrato de contrato 263/2020 referente a Dispensa de Licitação nº. 2020.04.02.03 para a Locação de um imóvel destinado para atender os Projetos Sociais e Atividades Esportivas da Secretaria de Assistência Social, foi afixado no dia 06 de abril de 2020 no flanelógrafo desta Municipalidade, conforme estabelece a legislação em vigor.

Icapuí-CE, 06 de abril de 2020.



Auricélia Bezerra Braga da Silva
Secretária de Assistência Social

Secretaria de
Administração
e Finanças

Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida



PORTARIA Nº 161/2018

Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Assistência Social da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Icapuí e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, no Estado do Ceará, Sr. Raimundo Lacerda Filho, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o artigo 9º, inciso II, da Lei Municipal de nº 094/92, de 27 de janeiro de 1992, combinado com os termos do artigo 77, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Icapuí,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o (a) Sr.(a) **AURICÉLIA BEZERRA BRAGA DA SILVA**, portadora do RG nº 20170534698 e do CPF nº 316.817.603-63, para ocupar o cargo de Secretária de Assistência Social, da Estrutura Organizacional da Secretaria de Assistência Social do município de Icapuí.

Art. 2º - A posse da Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Icapuí – CE se dará automaticamente no dia 01 de agosto de 2018, ficando a mesma, a partir desta data, com as prerrogativas, os direitos e os deveres do cargo.

PARÁGRAFO ÚNICO: No ato de posse, a declaração de bens será prestada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Icapuí – CE e será arquivada em sua pasta funcional.

Art. 3º - Qualquer ação, sem a prévia autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, será Nulo de Pleno Direito e as despesas correrão por conta de quem autorizou.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria de
Administração
e Finanças

Prefeitura de
Icapuí
Quem ama cuida



REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

Sede do Governo Municipal de Icapuí (CE), ao 01 (primeiro) dia do mês de agosto de 2018.


Raimundo Lacerda Filho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Icapuí, na data supra, e publicada no lugar público de costume por afixação da mesma data.

PORTARIA Nº. 050/2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ICAPUI, no Estado do Ceará, Sr. Raimundo Lacerda Filho, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que lhe confere o artigo 77º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Icapuí,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Comissão Permanente de Licitação do Município de Icapuí, composta pelos seguintes membros:

Presidente: o Sr. EDINARDO DE OLIVEIRA PEREIRA, portador de CPF nº. 464.143.803-00;

1º Membro: o Sr. ELINALDO ALVES DA SILVA, portador do CPF nº. 787.470.663-34;

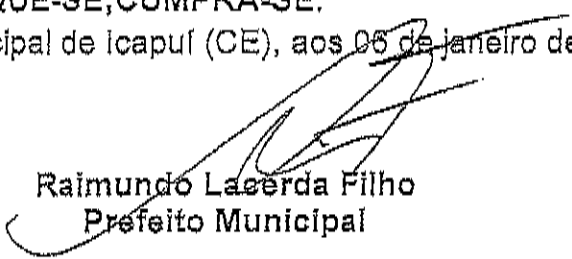
2º Membro: a Sra. ANA QUELI DE CASTRO SILVA COSTA, portadora de CPF nº. 045.677.783-08;

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta portaria correrão à conta das dotações próprias, consignadas no vigente orçamento do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

Sede do Governo Municipal de Icapuí (CE), aos 05 de janeiro de 2020.


Raimundo Lacerda Filho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Icapuí, na data supra, e publicada no lugar público de costume por afixação da mesma data.



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ

CAPÍTULO II

Dos Atos Municipais Da Publicação

Art. 107 – A publicação das leis e atos do Executivo e Legislativo, salvo onde houver imprensa oficial, poderá ser feita em órgão de imprensa local ou regional e por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara.

§ 1º - A publicação dos atos não-normatativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 2º - Os atos de efeitos externos só produzirão efeitos após a sua publicação.

§ 3º - A escolha do órgão de imprensa para divulgação das leis e atos municipais deverá ser feita por licitação, em que levarão em conta não só as condições de preço, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.